

UNIDOCTUM  
SISTEMA DE ENSINO A DISTÂNCIA  
SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA CRISTINA DOS SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:  
O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL E SEUS DESAFIOS**

LIMA DUARTE – MG

2023

FERNANDA CRISTINA DOS SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO:  
O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL E SEUS DESAFIOS**

LIMA DUARTE - MG

2023

## SUMÁRIO

Introdução -----	04
Serviço Social no contexto histórico geral -----	06
Serviço Social no Brasil-----	06
Política educacional no Brasil-----	08
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -----	10
Serviço Social e Educação-----	12
Serviço Social: Atuação na Educação Básica do Município de Lima Duarte -----	13
Conclusão -----	15
Referências Bibliográficas-----	16

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa fazer uma breve introdução da história do Serviço Social, sua importância e sua inserção na educação, em especial no âmbito da educação básica do Município de Lima Duarte/MG. Em primeiro momento iremos contextualizar o surgimento e as principais situações históricas que deram origem a profissão de Serviço Social em caráter mundial para atendermos posteriormente, esse processo no contexto brasileiro, partindo da análise do Brasil como um país muito diverso em se tratando de pessoas e classes econômicas. Vamos analisar os processos sociais que se desenvolveram nesta conjuntura, para que entendamos de forma clara o atual cenário das políticas sociais.

Sendo o Serviço Social uma área relativamente nova no âmbito da educação, percebe-se uma grande dificuldade de acesso a material bibliográfico tanto para apoio no dia a dia do trabalho, quando para dar maior aporte a esta pesquisa. Assim, entender a realidade do Município de Lima Duarte é de fundamental importância para fazermos uma reflexão acerca do cenário no qual o profissional do serviço social está inserido e todos os desafios com os quais se depara.

Perceberemos a atuação do assistente social frente às políticas públicas e na aplicação de direitos de maneira essencial. Considerando que esta atuação se estreita em diversos pontos, devido aos limites impostos pela própria profissão ou até mesmo pela resistência de profissionais do corpo docente em entender que a atuação do Assistente Social é importante principalmente em trabalhos preventivos. Desta forma pensar no trabalho do assistente social dentro da escola nos leva diretamente de encontro com os desafios da profissão.

A escola, bem como a sociedade atual, muitas vezes oculta as diferenças de classes sociais, naturalizando as diferentes expressões da questão social, que se apresentam com demanda de trabalho. Considerando que no ambiente escolar convivem entre si crianças com diversos conceitos e preconceitos que reproduzem a partir de comportamentos e vivências que vem de casa, a principal função do assistente social neste campo é contribuir na garantia da efetivação do direito a educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência dos alunos na escola, bem como a qualidade dos serviços no sistema educacional.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho de conclusão de curso é analisar como a política de educação se estrutura nos dias de hoje e qual a importância do serviço social dentro deste espaço socio ocupacional, com ênfase ao público alvo das escolas públicas do Município de Lima Duarte. A pretensão é incentivar e instigar mais os estudos sobre o papel do assistente

social na educação, como mediador na regulação da política de assistência estudantil. Buscando a ampliação da capacidade crítica, possibilitando a criação de novos métodos que promovam melhorias nas vidas dos indivíduos inseridos neste espaço. Não só os alunos, mas famílias, professores e funcionários que atuam diretamente na política de educação e utilizam do serviço.

**Palavra-chave:** Educação; Serviço Social; Políticas Públicas; Questão Social

## SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO HISTÓRICO GERAL

Com a abolição da escravatura e início do trabalho livre evidenciou-se de várias formas as questões sociais. Tratando-se então de uma sociedade capitalista, na qual o mercado era regido pelo controle do capital, fica clara a divisão social, na qual, temos de um lado os donos dos meios de produção (classe dominante) e de outro o proletariado que vive da venda da sua força de trabalho. Assim, começam a surgir as manifestações do proletariado em busca de melhores condições de trabalho dada a extrema exploração do seu trabalho. No intuito de mediar a relação entre empregadores e empregados o estado passa a criar regulamentações trabalhistas. Contudo com as mudanças nos meios de produção e avanço no capitalismo, as questões sociais ficaram ainda mais evidentes e a Igreja Católica se sentiu obrigada a se posicionar junto ao Estado, para que através de práticas caridosas atenuassem as questões irrefutáveis da sociedade daquela época.

Então surge o Serviço Social, no entanto em um modelo muito diferente do que conhecemos atualmente, já que ele servia às classes dominantes, como ferramenta para tratar a questão social e também manter o controle sobre a classe trabalhadora.

## SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O surgimento da Assistência Social enquanto política de governo no Brasil, ocorreu na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Inicialmente, a ideia de Serviço Social estava relacionada com os interesses da classe trabalhadora e suas necessidades, mas também com os interesses das classes dominantes de forma que a doutrina social era direcionada ao trabalhador e sua família, num contexto que visava uma perspectiva de ajuste e enquadramento social.

Historicamente, os principais eventos que caracterizam o início do chamado *assistencialismo*, foram marcados pelos seguintes fatos:

- Constituição Federal de 1934;
- Inexistência de programas institucionais na área social;
- Atendimento às famílias de prole numerosa, os desvalidos, especialmente a maternidade, a infância, as colônias agrícolas etc.
- Modelo filantrópico, assistencial, que visa promover ajuda.

- Política de caráter fragmentado, diversificado, desorganizado e instável.
- Primeiro damismo e a política partidária.

Algumas medidas marcaram o período de regulamentação do trabalho, como a criação da carteira de trabalho e as ações voltadas para aposentadorias e pensões. Além da instituição dos Ministérios de Educação e Saúde e a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), marcada pelo assistencialismo e práticas de tutela e favor na relação entre Estado e sociedade.

A partir de 1942, as ações da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), foram redirecionadas e assumiram outras funções:

- Atendimento das famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial;
- Oferta de uma política de âmbito Federal com vistas a promover certa centralização na política;
- Promover assistência social à maternidade, à infância, a adolescência e aos desempregados;
- Criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição para o grupo materno-infantil em 1972;
- Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1977, baseado na centralidade e exclusividade da ação federal.

O assistencialismo realizava-se por meio de ações pontuais, fragmentadas, descontínuas e em desacordo das demais políticas e do conjunto das necessidades dos usuários. Isso porque reafirmava a exclusão social do indivíduo, o mínimo social não garantia a sobrevivência, promovia a reprodução de uma cultura subalterna e via o clientelismo como um instrumento de troca, barganha, fundada no favor e na benesse.

Foi a partir da intervenção do Estado, durante a vigência do capitalismo monopolista no Brasil, que o serviço social foi inserido como forma de intervir nas sequelas da questão social por meio de políticas sociais.

No entanto, a conscientização da classe trabalhadora por melhores condições de produção e de reprodução social, deu início ao seu protagonismo nas lutas, concretizadas através dos sindicatos e partidos políticos. A luta dos trabalhadores, aliada à busca dos capitalistas por instrumentos de controle dessa classe, geraram a necessidade de respostas para a chamada *questão social*. As expressões da questão social, até então, eram tidas como um problema de polícia e não um problema social.

Mas de lá até os dias de hoje o Serviço Social progrediu muito e é incontestável que ao longo de sua história, a assistência social sofreu diversos reveses até se concretizar como política pública. Os desafios ainda são inúmeros, principalmente no que se refere ao exercício profissional. O processo de renovação do Serviço Social no Brasil durante o movimento de reconceituação, contribuiu para a revisão das bases de fundamentação da profissão, possibilitando, com isso, uma capacidade de leitura crítica da realidade social, com base no pensamento marxista.

É importante que na atualidade a perspectiva teórica seja reforçada, não apenas no âmbito acadêmico, mas também nos espaços sociocupacionais, bem como na intervenção direta do exercício profissional e também do respeito a esta importante categoria que presta um papel de grande relevância para toda sociedade brasileira no que tange o confronto com as realidades sociais. O Projeto Ético-Político em consonância com o Código de Ética, aponta o norte de atuação, potencializando a autonomia de atuação dos profissionais para a defesa e garantia de direitos.

## **POLITICA EDUCACIONAL NO BRASIL**

Em pesquisa acerca das políticas educacionais brasileiras, percebe-se que a educação se estabeleceu como assunto nacional em nosso país desde a primeira metade do século XIX (Mantovani, 2013). Mas, observamos diferentes perspectivas sobre a temática, variando conforme o período histórico, porém, na maioria das vezes verificamos que as políticas educacionais atingem um público mais “favorecido”, sendo necessário muito trabalho árduo para atingir crianças da maioria populacional de famílias em situação vulnerabilidade social.

Na quarta última parte dos anos 1900, a educação infantil brasileira vive duras transformações e é no regime militar que se inicia uma nova fase, tendo no momento pós ditadura o seu marco de consolidação na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional de 1996.

A política educacional foi criada com um caráter segmentador e assistencialista focado em atender as demandas sociais que gritavam perante os olhos da nação. Na passagem do século XIX ao XX há importação da influência europeia para os EUA em um ideal que contemplava o atendimento das classes pobres sem muitos investimentos, fazendo com que as crianças das classes menos favorecidas fossem recebidas em instituições com estruturas precárias.

*Depois de sangrarem por muitos anos as verbas educacionais, as propostas do regime militar queriam atender as crianças de forma barata. Classes anexas nas escolas primárias, instituições que deixassem de lado critérios de qualidade “sofisticados” dos países desenvolvidos, “distantes da realidade brasileira”. Tratava-se de evitar que os pobres morressem de fome, ou que vivessem em promiscuidade, assim como o se ingresso na vida marginal (KHUKMANN, 2000, p. 11).*

É em caráter assistencialista que as instituições públicas de ensino atendiam as camadas mais populares diferenciando-se por completo do cunho pedagógico nas instituições privadas. Neste contato fica claro que as classes se desenvolviam de forma adversa, enquanto as crianças vistas como menos favorecidas eram atendidas em caráter de carência e deficiência, as crianças da classe oposta recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil.

Desde modo, percebemos uma forte influência do mercado de trabalho e do interesse por parte do capital em qualificar mão de obra, regularizando e centralizando a educação em nível nacional. Até a década de 1970, a política de educação foi algo inalcançável para a classe trabalhadora, confirmando o seu caráter elitista, têm-se mais da metade da população sem acesso à educação básica. Com o avanço da indústria, já nos anos 1980 e 1990 o processo de universalização da política educacional se encontra quase que completamente caracterizado, porém os índices de evasão ainda eram elevados, fazendo com que a escola continuasse sendo um espaço excludente. Contudo, no âmbito da educação pública do país, as mudanças realizadas na década de 1990 foram influenciadas pelo contexto internacional que visava garantir a permanência de crianças e jovens na escola.

Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi apresentado projeto de desenvolvimento para o país, buscando consonância com a economia internacional, dando ênfase ao desenvolvimento científico e tecnológico, seguindo os passos da globalização e atingindo todos os setores da sociedade, incluindo, a educação. Segundo FHC e sua proposta de governo:

*A educação hoje, requisito tanto para o pleno exercício da cidadania como para o desempenho de atividades cotidianas, para a inserção no*

*mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico, e elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidaria e integrada. (CARDOSO, 1994, p. 47).*

Como proposta de governo a fim de universalizar o acesso a educação primária FHC vislumbrava a transferência de responsabilidade acerca da política de educação básica, em que ficaria distribuída nas mãos dos estados e dos municípios através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, que visava a descentralização da educação escolar via municipalização. A partir daí as políticas de educação começam a se moldar conduzindo a municipalização do ensino. Porém a ideia descentralizadora não altera a lógica do sistema, já que as ordens a serem seguidas continuam sendo dadas por instancias superiores ficando nas mãos dos prefeitos apenas uma autônoma relativa.

De certo modo, a estratégia de trocar a responsabilidade sobre a política pública já efetivada, demonstra falta de interesse do Estado para com o desenvolvimento e bem estar da sociedade

A educação assim como a saúde, a previdência e a assistência fazem parte de um conjunto de políticas essenciais para manutenção da sociedade. Porém, dependendo do contexto em que estamos inseridos, essas políticas são cada vez mais postas de lado, criando um cenário sucateamento de instituições e puro assistencialismo, no qual é oferecido a classe trabalhadora apenas os servido de educação considerado “necessário”, com investimentos baixos.

## **A LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Este trabalho limita-se às questões relativas à educação básica, e busca mostrar como a descentralização de “competências” entre os entes federais atingiram positiva e negativamente a realidade das escolas municipais e como a LDB influencia esse processo.

Com a preocupação de atender a todos sem distinção de classe social foram criadas diversas medidas legislativas em forma de regulamentação. Uma das primeiras medidas, foi a inserção de um artigo na Constituição Federal de 1988 que desvinculou as creches da área de assistência social e passou a responsabilidade para a educação. Dois anos após foi aprovado o estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), inserindo as crianças e os adolescentes no

“mundo” dos direitos humanos. Também cabe destacar a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional de 1996, a qual, define que a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional surgiu a partir de medidas de governo que visavam a universalização do acesso à educação básica que conseqüentemente diminuiria da baixa qualificação dos trabalhadores, aumentando a produtividade nacional. Deste modo entendemos que a LDB veio fortalecer a descentralização da educação, onde cada instância federal passou a responsabilizar-se por uma etapa da escolarização: a educação infantil e fundamental para os municípios, o ensino médio para os estados e a educação superior a cargo da esfera federal.

O Princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola trazido pela LDB evidencia um problema latente no Brasil, a evasão escolar, que ocorre não só pela falta de acesso, mas também por falta de políticas públicas que atinjam a maioria da população brasileira, possibilitando as crianças e jovens condições favoráveis de ensino.

A educação assim como toda a legislação que a regulamenta, nasceu com um único objetivo: qualificar mão de obra. Porém, observa-se um novo ponto, onde busca-se unir diferentes comunidades, grupos sociais e pessoas, afim de expandir os olhares para uma sociedade que vai muito além de produtividade e do lucro capital.

Como observamos expressamente no texto da atual LDB:

*A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (art. 1º. LDB/1996).*

Ao vislumbrar a educação escolar atual é possível notar claramente uma contradição entre a amplitude descrita e a realidade vivenciada nas escolas que ainda tem um distanciamento com os elementos do meio externo ao ambiente escolar.

O ensino fundamental fica sendo a etapa obrigatória da educação básica para crianças a partir dos sete anos de idade e para aqueles jovens e adultos que não tiveram acesso no período regular. A partir desta obrigatoriedade atribui-se a responsabilidade de realizar matrícula e manter a frequência aos responsáveis pela criança.

Importante salientar que em muitos casos, pais trabalhadores não encontram na instituição de ensino suporte para assistir seus filhos em período integral, enquanto estão no horário de serviço, atribuindo este fato a políticas públicas que respondam a esta necessidade.

A legislação regulamentatória é feita pra gerar um padrão universal, porém é necessário pensar nas particularidades regionais e locais como, situações de domicílio, de raça e de renda. Com a municipalização da educação básica podemos notar cada estado e município lidam com as dificuldades de ensino ao seu modo e com isso a qualidade de acesso, atendimento e aprendizagem são afetadas de acordo com a realidade regional. Iremos então, abordar a realidade do Município de Lima Duarte/MG, com as suas particularidades e seu público específico, sendo a maioria composta pela classe trabalhadora, mas com um número significativo de vulneráveis que demanda atenção do serviço social.

## **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO**

A diversidade e complexidade das questões que envolvem o cotidiano escolar exige a superação da figura do professor como único e exclusivo ator para intervenção neste espaço, começando a pensar em um trabalho multidisciplinar para obtenção de um maior êxito. Com a municipalização da educação faz-se necessária a contratação de diversos profissionais, dentre eles o profissional de Serviço Social. Assim a administração pública iniciou processos de contratação prevendo vagas para assistentes sociais. No âmbito da administração pública do município de Lima Duarte/MG, este processo ocorreu no ano de 2022, disponibilizando uma vaga a ser preenchida por um Assistente Social.

A educação e o serviço social servem como ferramentas para mediar os diversos processos contraditórios, atuando de forma a combater e/ou diminuir essas demandas tornando o ambiente escolar mais democrático e igualitário, garantindo a todos o direito a educação.

Portanto, entendemos que cabe ao assistente social atuar nesta realidade que lhe é imposta, utilizando-se de sua relativa autonomia na busca de formas possíveis de intervenção a favor dos interesses das crianças e dos adolescentes. Podemos afirmar que a atuação do profissional de serviço social dentro da educação tem por finalidade garantir o acesso à educação, a permanência as escolas, bem como, trabalhar em prol de um processo democrático na gestão e na qualidade dos sérvios ofertados nas instituições de ensino.

Se compararmos com os outros setores da esfera municipal, a inserção do serviço social na educação é pouco expressiva e encontra-se em fase de implantação. Encontramos resistência por parte de muitos profissionais do corpo docente, visto que não compreendem o papel e os limites de atuação do assistente social no campo educacional, deste modo as demandas de trabalho vão de apresentando indiretamente, não sendo apresentadas pelas instituições de ensino como deveria ocorrer. Este fato e dá pelo fato de muitos professores e diretores de escolas terem uma ideia de que o assistente social tem uma função fiscalizadora em determinados momentos e em outros que ele deve assumir um papel assistencialista.

Muito espaço ainda deve ser conquistado pelo serviço social na educação, mas a luta maior, no momento, é pela legitimação de suas atribuições, conquista de confiança por parte dos demais profissionais que estão estabelecidos na educação.

Como auxiliador neste processo faz-se necessária a criação, urgente, de políticas sociais integradas que instrumentalizem mais a intervenção do assistente social, neste campo tão novo.

Contudo é importante reforçar que a presença do serviço social nas escolas públicas é de suma importância, vendo este profissional como um mediador no processo para uma formação mais crítica e vendo a educação básica como um pilar para construção de uma sociedade melhor.

### **SERVIÇO SOCIAL: ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE LIMA DUARTE/MG**

A inserção do assistente social no campo da educação básica do município de Lima Duarte ocorreu no ano de 2022 com a aprovação do projeto que deu origem a Lei Municipal nº 2.058 de 16 de fevereiro de 2022 a qual “Regulamenta a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.”. A aprovação e legitimação da dessa lei representa uma importante vitória para a política pública de educação, considerando a realidade concreta da comunidade escolar e a possibilidade de as equipes multiprofissionais serem inseridas nas redes de ensino de educação básica, contribuindo para o atendimento integral e de qualidade no processo ensino-aprendizagem.

Apesar de reconhecidamente importante para a política de educação, esses profissionais precisam de delimitação técnica de suas competências, alinhamento de objetivos

e metas com as políticas de abordagem dessas manifestações com todos os profissionais da educação e acima de tudo do estabelecimento de procedimentos, formulários e critérios para atendimento a serem socializados com a equipe do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, assim como diretores, coordenadores e professores das escolas municipais. Para isto foi estabelecido o Plano de Trabalho do Serviço Social e da Psicologia na rede básica Municipal de Educação o qual norteia toda a atuação destes profissionais.

Deste modo a partir da regulamentação das normas já citadas o assistente social passa integrar a equipe multiprofissional da rede pública de educação, atuando em uma lógica de organização do trabalho coletivo na esfera educacional, dentro das escolas, nas unidades gerenciais, bem como na articulação com outras políticas setoriais. Desta forma, contribui com a promoção dos processos de ensino-aprendizado, no desenvolvimento pleno dos sujeitos, em uma perspectiva inclusiva e na busca da emancipação de todos os envolvidos no processo educacional, pautado na formulação de respostas para o enfrentamento das diversas dificuldades e expressões da questão social presentes no cotidiano escolar, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, sexualidade, violência doméstica, disparidades de gênero e etnia. Além de contribuir com o processo de inclusão e permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais na perspectiva da inclusão escolar.

Também é necessário que o assistente social considere o projeto político pedagógico da rede pública de educação básica e dos respectivos estabelecimentos de ensino. Portanto, é importante frisar que a inserção do serviço social na educação por si só não resolve todos os conflitos existente e nem substituir profissionais da educação. Sua participação é no sentido multidisciplinar, atuando em conjunto com outros profissionais escolares, de diferentes saberes e formações, possibilitando a cooperação e uma visão ampla em volta das questões sociais visando subsidiar o enfrentamento das questões sociais sobre as quais, geralmente a escola não sabe de maneira agir e intervir.

No Município de Lima Duarte a Secretaria Municipal de Educação dispõe de um assistente social que atua no atendimento de demandas dezoito escolas municipais e quatro creches. É evidente que ainda existe grande resistência por parte do corpo docente em reconhecer a importância dessa atuação e encaminhar demandas, que o Serviço Social no Município de Lima Duarte ainda tem muito a conquistar, seja em estruturação do trabalho ou em reconhecimento.

## CONCLUSÃO

Conforme apontado neste trabalho, o Serviço Social no âmbito da educação, ainda precisa expandir, conquistando principalmente reconhecimento de sua essencialidade e de suas verdadeiras atribuições. Ao analisarmos o surgimento do serviço social e sua inserção na educação, conseguimos observar aspectos que incidem diretamente nas políticas sociais e na área da Educação como um todo. Muito ainda precisa ser feito em se tratando de políticas públicas que garantam a efetivação de direitos dos indivíduos. Visto que em sua maioria as decisões são tomadas pelas alas esferas do governo, sem um conhecimento claro da realidade em que o povo está submetido no seu cotidiano. As consequências deste processo vêm em diferentes formas, inclusive na falta de uma educação de qualidade e de políticas públicas básicas para a manutenção do ser social, o que em alguns casos agrava as manifestações da questão social.

Deste modo é correto afirmarmos que o governo deve direcionar recursos para ampliação de políticas públicas integradas que cada vez mais melhorem o serviço de educação e que garantam e possibilitem o acesso a todos.

Visto que vivemos em uma sociedade a qual é marcada por desigualdades sociais, muito precocemente, inúmeras crianças e adolescentes inserem-se no mercado de trabalho, deixando a educação em segundo plano e abdicando direito a infância e a adolescência. Com menos crianças inseridas no ambiente escolar, resulta em uma população mais alienada que não reconhece a importância da educação, o que dificulta o trabalho dos educadores e dos próprios assistentes sociais. Diante do exposto, é evidente que a inserção do serviço social na política da educação representa um grande desafio para o profissional que tem por possibilidade contribuir para a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional, não medido esforços para romper com essas barreiras e disseminar o pensamento crítico.

É interessante que a escola entenda o contexto histórico, familiar e social no qual o aluno está inserido, ara junto do profissional de Serviço Social fazer uma intervenção que possibilite melhorias para o aluno dentro da escola.

Por fim vale ressaltar que o trabalho do profissional de serviço social tem uma contribuição diferenciada dentro da instituição escolar, pelo fato de envolver a família e a comunidade para melhoria do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, NEY & MATINS, RITA & SANTANA, NECILDA. **O Serviço Social na Educação** in Revista em foco: O serviço Social e a Educação. Nº 3- 1ª reimpressão, novembro de 2008.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE: **Mãos à Obra, Brasil:** proposta de governo. Brasília, 1994.

CFESS, 2013. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.**

ALVES, BEATRIZ DE ALMEIDA. **Educação e Serviço Social: um caminho a trilhar.** Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica.** Presidência da República: seção 1, Brasília, DF, 11 dez. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm). Acesso em: 05 de setembro de 2023.

LIMA, DENISE RIBEIRO DE. **Serviço Social na Educação: desafios e possibilidades na inserção profissional na política de educação.** Disponível em: < <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/SERVI%C3%87O-SOCIAL-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-desafios-e-possibilidades-da-inser%C3%A7%C3%A3o-profissional-na-pol%C3%ADtica-de-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> >. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

LIMA DUARTE. **Lei Ordinária Municipal nº 2058, de 16 de fevereiro de 2022.** Que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: [lei\\_municipal\\_ordinaria\\_no\\_2.058\\_2022.pdf](#). Acesso em: 05 de outubro de 2023.

PREFEITURA DE LIMA DUARTE: **Plano de Trabalho do Serviço Social e da Psicologia na Rede Básica Municipal de Educação.** Secretaria Municipal de Educação, janeiro de 2023.